

Procurador Geral do Ministério Público

Dia: 30 de outubro de 2005 • Horário: das 14 h às 18 h

Duração: 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova** com 13 páginas;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

Verifique, no caderno de prova:

- a) se faltam folhas, se a sequência de questões, no total de 50 (cinquenta), está correta;
- b) se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito da prova será divulgado no dia 30 de outubro de 2005, até 4 (quatro) horas após a constatação do efetivo encerramento da sua realização, no site:

- **<http://www.fepese.ufsc.br/mp2005>**

Conhecimentos Específicos

(50 questões)

Direito Administrativo

(20 questões)

1. Considere as seguintes assertivas:

- I. Decretos são atos administrativos da competência exclusiva dos Chefes do Poder Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas na lei, para sua fiel execução.
- II. Os decretos administrativos podem dispor sobre a organização e o funcionamento da administração, bem como criar funções ou cargos públicos.
- III. O Senado Federal tem competência para sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.
- IV. Os cargos públicos, quando vagos, podem ser extintos por meio de decreto.

Com fundamento na Constituição da República, estão **corretas**:

- a. () Apenas a assertiva I.
- b. () As assertivas I, II e III.
- c. () As assertivas I e III.
- d. () As assertivas I e IV.
- e. () Todas as assertivas.

2. A natureza jurídica do procedimento administrativo que nomeia Ministro para o Supremo Tribunal Federal é a de:

- a. () ato administrativo bilateral.
- b. () ato administrativo complexo.
- c. () ato administrativo composto.
- d. () ato administrativo geral.
- e. () ato administrativo simples.

3. Com respeito ao Poder Hierárquico, é **correto** afirmar:

- a. () Existe Poder Hierárquico na função judicial.
- b. () O Poder Hierárquico impõe ao subordinado o cumprimento das determinações superiores, ainda quando manifestamente ilegais.
- c. () O controle finalístico que o Estado exerce sobre as suas entidades da Administração Indireta é decorrente do Poder Hierárquico.
- d. () Poder Hierárquico é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores públicos.
- e. () A submissão hierárquica retira do inferior a atuação política, permitindo-lhe, tão-somente, agir no estreito âmbito de suas funções específicas.

4. A respeito da teoria geral do órgão, pode-se **afirmar**:

- a. () O órgão se confunde com o agente público.
- b. () O agente público age como representante da pessoa jurídica, à semelhança do curador dos incapazes.
- c. () As pessoas jurídicas expressam sua vontade através de seus próprios órgãos, que atuam por meio de seus agentes, pessoas físicas.
- d. () Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica de direito público interno.
- e. () O agente público age como mandatário da pessoa jurídica.

5. Acerca das entidades que compõem a Administração Pública Indireta, é **correto** afirmar:

- a. () As autarquias constituem forma de desconcentração administrativa.
- b. () Todos os bens das empresas públicas são impenhoráveis.
- c. () As autarquias e as fundações de direito público possuem autonomia administrativa e política.
- d. () Os contratos administrativos das sociedades de economia mista não se sujeitam à licitação pública.
- e. () A lei instituidora da autarquia pode conferir-lhe privilégios específicos e maior autonomia, comparativamente com as demais autarquias, hipótese das chamadas autarquias de regime especial.

6. São órgãos públicos independentes:

- a. () Assembléia Legislativa, Secretaria Estadual de Segurança Pública e a Procuradoria Geral do Estado.
- b. () Ministério da Fazenda, Procuradoria da Fazenda Nacional e Advocacia-Geral da União.
- c. () Presidência da República, Congresso Nacional e os Tribunais Regionais Federais.
- d. () União, Estados membros, Distrito Federal e Municípios.
- e. () União, Estados membros, Distrito Federal, Municípios e Territórios.

7. O tipo de licitação de maior lance ou oferta, previsto na Lei nº 8666/93, ocorre na:

- a. () Concessão de direito real de uso.
- b. () Construção de obras públicas.
- c. () Contratação de bens ou serviços de informática.
- d. () Contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual.
- e. () Contratação de serviços de publicidade.

8. Considere as seguintes assertivas:

- I. A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e a ela transfere, por lei, a titularidade e a execução de determinado serviço público ou de utilidade pública.
- II. Serviço centralizado é o que o Poder Público presta por seus próprios órgãos integrantes da Administração Direta, em seu nome e sob sua responsabilidade.
- III. A instituição de uma Secretaria de Estado constitui exemplo típico de descentralização administrativa.
- IV. Os contratos de concessão e a permissão de serviços públicos são hipóteses de descentralização por delegação. Nestes casos, o Poder Público conserva a titularidade do serviço, transferindo, apenas, a execução do serviço, para que o agente delegado o preste por sua conta e risco.

De acordo com a teoria dos serviços públicos, estão **corretas**:

- a. () As assertivas I, II e III.
- b. () As assertivas I, II e IV.
- c. () Apenas a assertiva II.
- d. () Apenas a assertiva III.
- e. () Todas as assertivas.

9. A utilização coativa da propriedade particular pela Administração, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, prevista como forma de intervenção do Estado na propriedade na Constituição da República, é instituto denominado:

- a. () Desapropriação.
- b. () Limitação Administrativa.
- c. () Ocupação Temporária.
- d. () Requisição.
- e. () Retrocessão.

10. Com respeito à classificação dos atos administrativos, considere os seguintes conceitos:

1. atos administrativos de comando abstrato e impessoal, semelhantes aos da lei;
2. atos administrativos resultantes da vontade de um único órgão, mas que dependem da verificação por parte de outro, para se tornar executáveis;
3. atos administrativos que se dirigem a destinatários certos, criando-lhes situação jurídica particular.

Correlacione tais conceitos, pela ordem, com a denominação dos atos administrativos adotada conforme sua classificação:

- a. () gerais, compostos e individuais.
- b. () gerais, complexos e individuais.
- c. () gerais, complexos e simples.
- d. () de gestão, compostos e simples.
- e. () de gestão, vinculados e internos.

11. A propósito dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**:

- a. () A concessão de aposentadoria compulsória é ato administrativo vinculado.
- b. () A moralidade, como elemento integrante do mérito administrativo, não pode ser aferida pelo Poder Judiciário em sede de controle dos atos da Administração Pública.
- c. () Atos administrativos ilegais são convalidados com a sua publicação regular.
- d. () É lícito à Administração Pública anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais. Porém, a partir da Emenda Constitucional nº 19, não pode mais a Administração Pública revogar atos administrativos válidos, por motivo de oportunidade ou conveniência, porquanto seriam desrespeitados os direitos adquiridos dos administrados.
- e. () O ato administrativo praticado no exercício do poder discricionário está imune ao controle judicial.

12. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei nº 8666/93:

- a. () Para aquisição de serviços de informática pode-se utilizar qualquer tipo de licitação.
- b. () A licitação é inexigível na contratação de fornecimento de energia elétrica e gás natural.
- c. () A homologação da licitação corresponde à última atribuição da Comissão de Licitação, no âmbito do processo licitatório.
- d. () A licitação é dispensável para contratação de serviços técnicos especializados, de natureza singular, com profissionais de notória especialização.
- e. () A autoridade competente somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e através de processo administrativo, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa dos licitantes.

13. Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**, conforme a Lei nº 8666/93:

- a. () A formalização do contrato administrativo ocorrerá, sempre, mediante termo de contrato.
- b. () A duração dos contratos de utilização de programas de informática ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários anuais.
- c. () A rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços públicos essenciais, determinada pela Administração Pública, acarreta, entre outras consequências, a ocupação e utilização do local, instalações e pessoal empregados na execução do contrato administrativo.
- d. () A declaração de nulidade do contrato administrativo exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.
- e. () O atraso superior a 60 (sessenta dias) autoriza o contratado a solicitar a rescisão judicial do contrato administrativo e paralisar a prestação dos serviços, com fundamento na execução de contrato não cumprido.

14. De acordo com a Lei nº 8666/93, é **correto** afirmar, acerca do contrato administrativo:

- a. () A inadimplência do contratado com referência aos encargos fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento e poderá restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- b. () A modificação unilateral do contrato administrativo, por parte da Administração Pública, importa, sempre, na revisão das suas cláusulas econômico-financeiras e monetárias, para que se mantenha o equilíbrio contratual.
- c. () Nos contratos de seguro, de financiamento e de locação, em que o Poder Público seja locatário, não se aplicam as prerrogativas do regime jurídico dos contratos administrativos, isto é, as cláusulas exorbitantes do direito privado.
- d. () Os contratos administrativos poderão ser alterados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, direito constitucionalmente garantido aos contratados, na hipótese de sobrevirem fatos previsíveis e de consequências calculáveis, especialmente nos casos de atualização monetária das prestações.
- e. () Os contratos administrativos serão, necessariamente, formalizados por instrumento lavrado nos cartórios competentes, devendo, ainda, constar a assinatura de duas testemunhas, como condição indispensável para a sua eficácia.

15. De acordo com a classificação do Código Civil, são bens públicos de uso especial:

- a. () Aqueles conhecidos como bens dominiais.
- b. () Aqueles de uso comum do povo, por todos utilizados.
- c. () Aqueles destinados a formar a reserva patrimonial do Poder Público, sem utilidade imediata.
- d. () Aqueles utilizados pela Administração Pública, destinados ao serviço, para a realização de suas atividades e satisfação de seus objetivos.
- e. () Todos aqueles que integram o patrimônio público.

16. Analise as seguintes assertivas:

- I. As sanções decorrentes do Poder de Polícia, tais como a interdição de atividade, a demolição de construção e a destruição de objetos, só podem ser aplicadas após regular processo judicial, em face da dimensão da restrição de direitos individuais que é implementada.
- II. Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- III. Se o administrador, no exercício do Poder de Polícia, ultrapassa o permitido em lei, incidirá em abuso de poder, corrigível pelo particular na via judicial.
- IV. A auto-executoriedade autoriza a execução direta, pela própria Administração, das multas por ela impostas, no uso do Poder de Polícia.

Considerando a teoria do poder de polícia, pode-se concluir que estão **corretas**:

- a. () Apenas a assertiva II.
- b. () As assertivas I e III.
- c. () As assertivas II e III.
- d. () As assertivas II e IV.
- e. () Todas as assertivas.

17. Acerca da desapropriação, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Decreto-Lei nº 3365/41:

- a. () O termo inicial para o cálculo dos juros compensatórios na desapropriação é o trânsito em julgado da sentença.
- b. () Os bens expropriados uma vez incorporados à Fazenda Pública não podem ser objeto de reivindicação.
- c. () Caso o expropriante alegue urgência, mesmo sem o depósito da quantia arbitrada, poderá receber a imissão provisória na posse do bem.
- d. () No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, serão incluídos os direitos de terceiros contra o expropriado.
- e. () São casos de desapropriação por utilidade pública aquelas efetivadas para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, tais como a desapropriação para fins de reforma agrária.

18. Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Constituição da República:

- a. () A investidura em emprego público independe da prévia aprovação em concurso público.
- b. () Admite-se a acumulação remunerada de dois cargos públicos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, observados os limites constitucionais remuneratórios.
- c. () As funções de confiança e os cargos em comissão só podem ser ocupados por servidores de carreira.
- d. () O servidor público estável só perderá seu cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e. () O servidor público investido no cargo de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do seu cargo eletivo.

19. Analise as seguintes assertivas:

- I. A responsabilidade civil da Administração perante o particular será apurada de acordo com a teoria do risco administrativo, bem assim a do agente público perante a Administração.
- II. A ação de responsabilidade civil do servidor, por dano ao erário, é imprescritível.
- III. Para que a Administração exercite o seu direito de regresso contra o servidor é imprescindível a denúncia à lide na respectiva ação indenizatória que lhe mova a vítima do dano.
- IV. As pessoas jurídicas de direito privado, que exerçam por delegação os serviços notariais e de registro, serão responsáveis objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

Com fundamento na Constituição da República, estão **corretas**:

- a. () Apenas a assertiva IV.
- b. () As assertivas I, II e III.
- c. () As assertivas I e III.
- d. () As assertivas II e IV.
- e. () Todas as assertivas.

20. Analise as seguintes assertivas:

- I. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; e como diretrizes gerais, entre outras, ordenar e controlar o uso do solo, de forma a evitar a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.
- II. O proprietário de solo urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, que abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis, atendida a legislação urbanística.
- III. É facultado ao poder público municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova o seu adequado aproveitamento, sob pena de imediata desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- IV. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, hipótese conhecida como outorga onerosa do direito de construir.

De acordo com a Lei nº10257/01, estão **corretas**:

- a. () Apenas a assertiva I.
- b. () As assertivas I, II e IV.
- c. () As assertivas I, III e IV.
- d. () As assertivas II e IV.
- e. () Todas as assertivas.

Direito Constitucional

(15 questões)

21. São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a. () a carteira de habilitação e a certidão de óbito.
- b. () o registro civil de nascimento e a carteira de habilitação.
- c. () o registro civil de nascimento e o passaporte.
- d. () a certidão de óbito e o passaporte.
- e. () a certidão de óbito e registro civil de nascimento.

22. Conceder-se-á _____ sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () mandado de injunção.
- b. () mandado de segurança coletivo.
- c. () habeas corpus.
- d. () habeas data.
- e. () mandato de segurança.

23. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados,

_____,
_____, _____ dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno, pela maioria simples dos votos.
- b. () em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um terço dos votos.
- c. () em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos.
- d. () em votação conjunta das Casas do Congresso Nacional, em única votação, por maioria simples.
- e. () em votação conjunta das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por um terço dos votos.

24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre:

- a. () desapropriação.
- b. () populações indígenas.
- c. () registros públicos.
- d. () trânsito e transporte.
- e. () educação, cultura, ensino e desporto.

25. A faixa de até _____ de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () dez quilômetros.
- b. () trinta quilômetros.
- c. () cinquenta quilômetros.
- d. () cem quilômetros.
- e. () cento e cinquenta quilômetros.

26. Compete privativamente à União legislar sobre:

- a. () custas dos serviços forenses.
- b. () assistência jurídica e defensoria pública.
- c. () previdência social, proteção e defesa da saúde.
- d. () sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular.
- e. () criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá _____ da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de _____, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de _____.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () ao dobro; vinte e quatro; doze.
- b. () ao dobro; trinta e seis; dez.
- c. () ao triplo; vinte e dois; dez.
- d. () ao triplo; vinte e quatro; dez.
- e. () ao triplo; trinta e seis; doze.

28. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de _____ ou mais de _____ Deputados.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () oito; setenta
 - b. () oito; sessenta
 - c. () sete; setenta
 - d. () sete; sessenta
 - e. () cinco; sessenta
-

29. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de (a) _____, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () um terço.
 - b. () um quinto.
 - c. () três quintos.
 - d. () dois terços.
 - e. () maioria simples.
-

30. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, _____ do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por _____ Estados, com não menos de _____ por cento dos eleitores de cada um deles.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () um por cento; seis; dois décimos.
- b. () dois por cento; seis; quatro décimos.
- c. () um por cento; cinco; três décimos.
- d. () dois por cento; cinco; dois décimos.
- e. () um por cento; seis; três décimos.

31. As leis complementares serão aprovadas por:

- a. () maioria absoluta.
 - b. () maioria simples.
 - c. () um terço.
 - d. () maioria dos presentes na sessão legislativa.
 - e. () a quarta parte dos membros presentes na sessão legislativa ordinária.
-

32. Cada Território elegerá _____ Deputados Federais.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () três.
 - b. () quatro.
 - c. () cinco.
 - d. () sete.
 - e. () oito.
-

33. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em _____, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, _____ dos votos dos respectivos membros.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () um turno; um quinto.
 - b. () um turno; dois quintos.
 - c. () dois turnos; dois quintos.
 - d. () dois turnos; três quintos.
 - e. () dois turnos; um quinto.
-

34. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- a. () transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b. () renda e proventos de qualquer natureza.
- c. () produtos industrializados.
- d. () operações de crédito, câmbio e seguro.
- e. () operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

35. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do(a) _____, ausentar-se do País por período superior a _____, sob pena de perda do cargo.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa acima.

- a. () Câmara Federal; 15 dias.
- b. () Congresso Nacional; 7 dias.
- c. () Congresso Nacional; 10 dias.
- d. () Congresso Nacional; 15 dias.
- e. () Senado Federal; 7 dias.

Responsabilidade Fiscal

(5 questões)

36. A escrituração das contas públicas deve obedecer às normas da contabilidade pública, além das diretrizes estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, estará **correta** a escrituração

- a. () cujas operações de crédito e quaisquer formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros evidenciem, identificando, o tipo de credor e a quantidade da dívida contraída no período.
- b. () cujas demonstrações contábeis apresentem as receitas e as despesas em demonstrativos financeiros distintos, registrados segundo regime de caixa.
- c. () cuja disponibilidade de caixa conste de registro próprio, de modo que recursos vinculados a fundo, órgão ou despesa obrigatória estejam identificados e escriturados de forma individualizada.
- d. () cuja demonstração das variações patrimoniais indique as operações intra-governamentais, registrados segundo regime de competência.
- e. () cuja despesa e a assunção de compromisso sejam registradas mediante a apuração do resultado dos fluxos financeiros.

37. Um dos objetivos norteadores da Lei de Responsabilidade Fiscal é a preservação do patrimônio público. Assim, em sede de gestão patrimonial, pode-se **afirmar**:

- a. () A lei orçamentária de cada pessoa jurídica de direito público poderá definir a instituição financeira depositária das suas respectivas disponibilidades de caixa.
- b. () As disponibilidades de caixa próprio dos servidores públicos, desde que não vinculadas a fundos específicos, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades, podendo ser aplicadas apenas em mercado de títulos com rendimentos pré-fixados.
- c. () Para garantia do patrimônio público, as aplicações financeiras das disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social dos servidores públicos deve concentrar-se em ações e papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação.
- d. () Mediante autorização legislativa, as disponibilidades de caixa dos servidores públicos e do regime da previdência social dos Estados e municípios poderão garantir dívidas contraídas com a União.
- e. () A prudência financeira no trato das disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, implica vedação na aplicação destas disponibilidades em títulos da dívida pública estadual e municipal e em ações e papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente federado.

38. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) implantou um sistema de gestão fiscal, fundado na transparência e na responsabilidade. Assim, pode-se **afirmar** que:

- a. () A Lei de Responsabilidade Fiscal não contém disposições penais, mas apresenta comandos impositivos de responsabilidade e sanções institucionais e estruturais, como as previstas nos artigos 11, 23, § 3º, 40, § 9º e 51, § 2º.
- b. () Esta lei introduziu no Brasil, pela primeira vez, a responsabilidade civil do mau gestor fiscal que poderá, agora, responder pessoalmente com seus bens para reparar danos sofridos pela administração pública.
- c. () O Código de Gestão Fiscal, como também é conhecida a Lei de Responsabilidade Fiscal, só inovou em termos de responsabilidade penal dos agentes gestores, pois ampliou as hipóteses de tipos penais no Código Penal, no Decreto-Lei 201/67 (Crimes de Prefeitos e Vereadores) e na Lei nº 1079/50 (Crimes de Responsabilidade).
- d. () A responsabilidade do gestor público, seja no âmbito penal, seja na esfera administrativa, dependerá de prévia constatação do ilícito pelo Tribunal de Contas, nos termos do artigo 71, inc. II da Constituição Federal.
- e. () A legitimidade ativa para o ingresso de ações civis indenizatórias por ilícitos do gestor público é dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, uma vez que se trata de lesão a bem jurídico trans-individual, cuja tutela constitui atribuição destes agentes públicos.

39. Em relação à contratação de operações de crédito, e em obediência às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, pode-se **afirmar** que:

- a. () Somente os Estados e Municípios poderão contratar operações de crédito para financiamento das despesas correntes e para refinanciamento de dívidas contraídas junto à própria instituição concedente.
- b. () As instituições financeiras contratantes de operações de crédito com entes da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverão exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c. () É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida. Por essa razão, Estados e Municípios estão impedidos de comprar títulos da dívida de qualquer ente federado como aplicação de suas disponibilidades.
- d. () Cabe ao Ministério da Fazenda, de maneira concorrente com o Banco Central, verificar o cumprimento dos limites e das condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação. Em relação às empresas controladas direta ou indiretamente pelos entes da Federação, a verificação das condições é da competência dos Tribunais de Contas dos Estados.
- e. () As operações de crédito que desrespeitam as diretrizes estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal serão anuladas, ressalvados os direitos das instituições financeiras em relação aos juros pactuados e demais encargos financeiros.

40. A Lei de Responsabilidade Fiscal privilegia o planejamento da administração pública, e neste sentido verifica-se a determinação legal de metas e condições para a execução orçamentária, assim como para a previsão, a arrecadação e a renúncia de receita. Desta forma, exige a LRF a elaboração de outros documentos legais os quais permitirão melhor acompanhamento do cumprimento das metas fiscais. Firme nessas premissas, assinale a alternativa **correta**.

- a. () O Plano Plurianual (PPA) constitui o instrumento de planejamento das ações políticas e fiscais do governo. Pode ser entendido como o programa de trabalho do governo e no qual se enfatizam as políticas, as diretrizes e as ações fiscais programadas no longo prazo e os respectivos objetivos a serem alcançados ao longo do mandato de cada chefe de unidade gestora da administração pública. Deve ser elaborado no primeiro ano de mandato e ser executado nos quatro anos seguintes, e deverá definir as despesas e as receitas previstas para cada exercício financeiro.
- b. () A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada no primeiro trimestre de cada ano, com o objetivo de estabelecer as regras gerais para o orçamento do ano seguinte, as metas e prioridades da administração pública. Deverá ser acompanhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias um Anexo de Metas Fiscais, contendo as metas relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para o seguinte.
- c. () O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento das ações do governo. Tem caráter estratégico, político e de longo prazo, a ser considerado pelos administradores públicos. Pode-se entender o Plano Plurianual como um instrumento que evidencia o programa de trabalho do governo e no qual se enfatizam as políticas, as diretrizes e as ações programadas no longo prazo e os respectivos objetivos a serem alcançados, devidamente quantificados fisicamente. Este plano é elaborado no primeiro ano de mandato, para ser executado nos anos seguintes do mandato, e deve apresentar um anexo com as metas plurianuais da política fiscal, considerando despesas, receitas, resultado primário e estoque da dívida.
- d. () As previsões de receita e o estabelecimento das metas devem ser feitos com rigor e apresentadas a metodologia utilizada e memória de cálculo. A cada dois meses, deverá ser verificado se a receita permitirá o cumprimento das metas. Se não permitir os órgãos deverão cortar as despesas por meio de limitação de empenho e movimentação financeira, até que haja autorização expedida pelo colegiado de membros do Poder Executivo, submetido à chancela do Chefe do Poder Executivo.
- e. () A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser elaborada no final do segundo semestre de cada ano, fixando despesas e estimando receitas para o controle e a elaboração dos orçamentos e balanços, sempre de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Deverá conter um Anexo de Riscos Fiscais, avaliando os passivos e riscos que possam afetar as finanças públicas e informando o que se pretende fazer se esses riscos se concretizarem. Poderá conter uma reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante serão estabelecidos no próprio Anexo de Riscos Fiscais.

Controle Externo da Administração Pública

(5 questões)

41. Segundo a Resolução nº TC 16/94, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e os Fundos Especiais vinculados às unidades da administração Municipal remeterão ao Tribunal de Contas o balanço anual no prazo máximo de:

- a. () 10 dias após o encerramento do exercício.
- b. () 30 dias após o encerramento do exercício.
- c. () 60 dias após o encerramento do exercício.
- d. () 90 dias após o encerramento do exercício.
- e. () 180 dias após o encerramento do exercício.

42. Segundo a Lei Complementar nº 202/2000, ao julgar as contas, o Tribunal de Contas decidirá se estas são:

- a. () Aprovadas ou Reprovadas.
- b. () Regulares ou Irregulares.
- c. () Regulares ou Reprovadas.
- d. () Aprovadas, Aprovadas em Parte e Reprovadas.
- e. () Regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

43. A Resolução nº TC-16/94, define quais os documentos que constituem-se em regulares comprovantes da despesa pública. Dos comprovantes abaixo relacionados qual **não** se enquadra nessa definição.

- a. () Orçamento.
- b. () Nota fiscal.
- c. () Recibo.
- d. () Folha de pagamento.
- e. () Bilhete de passagem.

44. A Resolução nº TC-16/94, define quais as despesas públicas de natureza sigilosa. Dentre as despesas abaixo relacionadas, qual **não** se enquadra nesta classificação:

- a. () Representação de Gabinete do Vice-Governador.
- b. () Representação do Gabinete de Secretário de Estado.
- c. () Representação de Gabinete do Governador do Estado.
- d. () Diligências policiais realizadas pela Polícia Militar e Polícia Civil do Estado.
- e. () Manutenção da residência do Governador.

45. Segundo a Resolução nº TC 16/94, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuados os cargos em comissão, serão integrados, entre outros, pelos seguintes documentos:

- I. Ato de nomeação.
- II. Laudo de Inspeção de Saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público, em efetivo exercício.
- III. Comprovante da existência da vaga.
- IV. Declaração de não acumulação de cargos.
- V. Termo de posse e Declaração de bens.

Estão **corretas** as opções:

- a. () I, II, III, IV e V.
- b. () I, II, III e V.
- c. () I, III e IV.
- d. () II e V.
- e. () III e IV.

O Papel do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

(5 questões)

46. De acordo com o art. 108 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (LC 202/2000), em relação às medidas previstas nos seus arts. 43, III, e 75, qual o prazo, contado a partir do recebimento da documentação respectiva, que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas tem para encaminhar a cobrança de valores não pagos referentes à responsabilização e à aplicação de multas?

- a. () 15 dias.
- b. () 30 dias.
- c. () 45 dias.
- d. () 60 dias.
- e. () 90 dias.

47. Conforme a Lei nº 202/2000, sobre recursos e revisão é **correto** afirmar que:

- a. () Embargos de Declaração não poderão ser opostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- b. () O Recurso de Reexame, cabível em decisão prolatada em qualquer processo, poderá ser interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- c. () O Recurso de Reconsideração pode ser interposto pelo Ministério Público, dentro do prazo de trinta dias contados publicação da decisão, contra decisão em processo de prestação e tomadas de contas.
- d. () O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas poderá interpor Agravo em decisão preliminar do Tribunal Pleno e em despacho singular do Relator, no prazo de dez dias da comunicação ou publicação.
- e. () O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas poderá pedir revisão, no prazo máximo de um ano, a contar do trânsito em julgado, de decisão definitiva em processo de prestação de contas ou tomada de contas, no caso de descon sideração pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de documentos constantes dos autos, com eficácia sobre a prova produzida.

48. Sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, têm-se as seguintes disposições previstas nos arts. 107 a 111 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (LC nº 202/2000):

- I. Se aplicam, dentre outros, os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade, da interdependência funcional e financeira.
- II. É composto por cinco Procuradores, bacharéis em direito, sendo um Procurador Geral e outro Procurador Geral Adjunto, ambos nomeados em comissão pelo Governador do Estado.
- III. Procurador Geral deve apresentar os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro, tendo iguais direitos, vantagens e prerrogativas, exceto tratamento protocolar correspondente.

- a. () Apenas a alternativa I é correta.
- b. () Apenas a alternativa III é correta.
- c. () Apenas as alternativas I e II são corretas.
- d. () Apenas as alternativas II e III são corretas.
- e. () Nenhuma alternativa é correta.

49. Conforme disposições contidas na Lei Orgânica (LC 202/2000) do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –, sobre a atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é correto afirmar que:

- I. O prazo para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas interpor recurso de embargos de declaração é de 10 dias.
- II. Em relação à denúncia e representação, confirmada irregularidade grave, o Tribunal de Contas, após o trânsito em julgado da decisão, representará ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para os fins devidos.
- III. Comparecer às sessões do Tribunal de Contas e dizer do direito em todos os processos sujeitos a deliberação do Tribunal de Contas, inclusive os relativos a matéria administrativa do Tribunal de Contas.

- a. () Apenas a alternativa I é correta.
- b. () Apenas a alternativa II é correta.
- c. () Apenas a alternativa III é correta.
- d. () Apenas as alternativas I e II são corretas.
- e. () Apenas as alternativas I e III são corretas.

50. Sobre a atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, conforme Lei Orgânica (LC 202/2000) do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, se pode **afirmar** que:

- I. Verificado desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas remeterá cópia da documentação pertinente ao Ministério Público.
- II. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas tem competência para requer ao Tribunal de Contas o afastamento temporário do responsável, se existir indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao erário ou inviabilizar o seu ressarcimento.
- III. Não cabe requerimento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para que o Relator cite o responsável e que seja determinada a apresentação de informações e documentos.

- a. () Apenas a alternativa III é correta.
- b. () Apenas as alternativas I e II são corretas.
- c. () Apenas as alternativas I e III são corretas.
- d. () Apenas as alternativas II e III são corretas.
- e. () Todas as alternativas são corretas.